

## Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 2/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.001539/2017-32

Em 11 de janeiro de 2017.

<b>Assunto:</b> 2ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão estado do Pará
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.002740/2013-98
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Pará <b>Cidade:</b> Belém/PA
<b>Data:</b> 05/12/2016
<b>Instituições participantes:</b> SEMAS-PA e ANA.

### Relato

1. A 2ª oficina de acompanhamento do Progestão no estado do Pará foi realizada na sede da SEMAS, com a presença da diretora de recursos hídricos da SEMAS, Luciene Chaves, e demais participantes, conforme lista de presença em anexo.
2. Na oportunidade, foram avaliadas as metas de cooperação federativa e de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual conforme programação. As ações e dificuldades foram registradas em planilha eletrônica. Tanto a programação quanto a planilha encontram-se anexos a esta Memória.
3. Com relação às metas de cooperação federativa, destaca-se que o estado ficou em dúvidas quanto ao prazo para cumprimento da Meta I.5 referente à atuação para segurança de barragens. A SEMAS recebeu um ofício da COSER/SRE ampliando o prazo para inserção dos dados no sistema até 30/abril. Desta forma entenderam que o prazo, no âmbito do Progestão também foi ampliado, uma vez que no referido ofício é citado claramente o Progestão. Também consideraram que o prazo exigido para a elaboração e publicação do normativo que regulamenta o Artigo 9º da PNSB é muito exíguo.
4. Outro problema apontado pela SEMAS para o cumprimento da Meta I.5 é com relação à metodologia proposta pela ANA para delimitação das manchas de inundação para possíveis rompimento de barragens e determinação do Dano Potencial Associado (DPA). Os técnicos responsáveis por esse levantamento consideram que a utilização desta metodologia no Pará não resultará em informação confiável sobre a abrangência da mancha de inundação, uma vez que os dados SRTM disponíveis não são precisos no caso da topografia plana existente no estado. Além disto apontam que no estado existem várias barragens de rejeito industrial.
5. Com relação à Meta I.1, a SEMAS demonstrou preocupação com o prazo para a inserção dos usuários regularizados em 2016, pois até o momento desta oficina estavam com menos de 50% deste quantitativo inserido. Já em relação à Meta I.2, dependem da migração do CNARH 1 para o CNARH 40 a ser realizada pela ANA, além de problemas relacionados ao ID definitivo do SIAGAS/CPRM.
6. Com relação à Meta I.4 sobre prevenção de eventos hidrológicos críticos, os técnicos informaram que os boletins estão sendo enviados diariamente à Defesa Civil do estado, mas que não estão sendo disponibilizados na página de internet. Também informaram que o Gestor PCD não está atualizando os dados de algumas PCDs e que já relataram o problema aos responsáveis na SGH/ANA.

Os técnicos informaram que está sendo disponibilizado um espaço na página de internet para abrigar os boletins hidrológicos e meteorológicos. Os boletins referentes às queimadas, mais exigidos pela sociedade, já estão sendo disponibilizados. A SEMAS está desenvolvendo um sistema próprio de informações hidrometeorológicas.

7. As metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual estão sendo cumpridas com alguns desafios, como relatado a seguir.

8. No grupo de variáveis legais, institucionais e de articulação social, os técnicos apontaram problemas em relação à capacitação setorial, pois a meta escolhida pelo estado foi a existência de um programa de capacitação devidamente aprovado e em execução. Os técnicos informaram que existe um programa de capacitação, mas que este ainda não está formalizado e que estão participando das oficinas do DesenvolveRH, coordenado pela ANA.

9. No grupo das variáveis de planejamento, apontam que não existe um planejamento estratégico para a área de recursos hídricos, apenas ações no âmbito do PPA, tornando assim um desafio cumprir esta meta. Outro grande desafio neste grupo de variáveis é o Plano Estadual de Recursos Hídricos. O estado ainda não possui o PERH. A SEMAS assinou parceria com a SRHU para a elaboração do plano através do Interáguas. Os Termos de Referência foram aprovados pelo Banco Mundial e obtiveram a não objeção, no entanto houve retenção dos recursos pela SRHU/MMA. Os técnicos informaram que existe a intenção da SEMAS em elaborar o PERH com recursos próprios.

10. No grupo de variáveis de informação e suporte o maior desafio é a rede de monitoramento de qualidade da água. Os técnicos informaram que já assinaram o contrato do Qualiágua e que já realizaram a primeira campanha de coleta de amostras de água.

11. No grupo de variáveis operacionais, destaca-se que a gerência de fiscalização da área de recursos hídricos foi realocada para uma diretoria que atende toda a SEMAS. Assim houve um rebaixamento do nível da meta em função da reestruturação do órgão gestor. Outro desafio neste grupo de variáveis é a implementação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Atualmente o estado possui apenas o Fundo Estadual para o Meio Ambiente, o qual recebe todas as receitas oriundas da área de recursos hídricos.

12. Recentemente o estado aprovou uma lei que cobra uma taxa pela utilização de recursos hídricos. Esta taxa é cobrada em função das outorgas concedidas. Apesar da SEMAS operacionalizar a execução desta taxa, os recursos arrecadados vão direto para o tesouro estadual e sua aplicação não é administrada pela SEMAS.

## **Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas**

13. Para solucionar o problema apresentado com o cumprimento da Meta I.1, os técnicos entrarão em contato com Raquel Scalia (COCAD/SFI) para solicitar prorrogação de prazo.

14. No que diz respeito ao cumprimento da Meta I.2, informaram que haverá uma reunião com Márcia Pantoja (COSUB/SIP) e representantes da CPRM para entendimentos quanto ao levantamento hidrogeológico da região metropolitana de Belém e quanto ao SIAGAS, oportunidade para também alinhar entendimentos quanto ao cumprimento da meta do Progestão.

15. Sobre a Meta I.4, irão relatar à SGH/ANA sobre as estações telemétricas que estão transmitindo dados, mas não estão sendo atualizadas no Gestor PCD.

16. Com relação ao problema apontado em relação ao prazo para o cumprimento da Meta I.5, os técnicos irão entrar em contato com Fernanda Laus (COSER/SRE) para solicitar prorrogação de prazo para a publicação do normativo que regulamenta o Artigo 9º da PNSB, bem como para a classificação das barragens quanto ao DPA.

17. Quanto às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, os técnicos pretendem buscar a formalização do programa de capacitação através do CERH e melhorar o programa utilizando a metodologia apreendida no âmbito do DesenvolveRH para atender a meta de capacitação setorial proposta (variável 1.9).

18. Para enfrentar o desafio apontado para o cumprimento da meta relacionada ao Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), os técnicos da SEMAS solicitam à ANA uma ação envolvendo os agentes políticos, ou seja, reunião entre o Secretário Titular e Adjunto da SEMAS e diretores da ANA e superintendentes para apontar a importância do Plano para a gestão dos recursos hídricos no estado, buscando assim maior envolvimento dos dirigentes da SEMAS para o cumprimento desta meta (variável 2.4).

19. Com relação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), os técnicos pretendem articular junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) a criação de um fundo específico para a área de recursos hídricos, uma vez que o nível de exigência escolhido pelo estado para esta variável foi o nível 3 que é a existência de um FERH previsto em Lei e devidamente regulamentado (variável 4.7).

## Conclusões

20. De maneira geral, o estado do Pará vem atendendo satisfatoriamente as metas estabelecidas em contrato.

21. Destaca-se, no entanto, a necessidade de maior envolvimento dos dirigentes da SEMAS para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, peça fundamental para uma adequada gestão das águas no estado.

22. Outro aspecto a destacar é a importância de se instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), definindo um percentual da arrecadação da taxa pelo uso dos recursos hídricos como receita para aplicação na gestão dos recursos hídricos e, na inviabilidade de se estabelecer o FERH, incluir esse percentual em uma subconta de recursos hídricos junto ao Fundo Estadual para o Meio Ambiente já existente.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

BRANDINA DE AMORIM

Gestora Substituta do Contrato nº 045/ANA/2014 - PROGESTÃO

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)

LUDMILA ALVES RODRIGUES

Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)

CARLOS MOTTA NUNES

Superintendente Adjunto de Apoio ao SINGREH

## 2ª OFICINA DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO - PARÁ

<b>Local:</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA
<b>Data:</b>	Dia 05/12/2016 8:00 as 18:00h
<b>Objetivo:</b>	Planejamento de ações para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado e atingir os níveis das variáveis previstas no Progestão, conforme Quadro de Metas aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a avaliação do andamento das atividades.
<b>Público alvo:</b>	Deverão participar da oficina os responsáveis pelas ações relacionadas às variáveis de gestão previstas no Quadro de Metas integrante do Contrato Progestão, no âmbito do <b>Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Pará (SERH-PA)</b> e aqueles responsáveis pelo cumprimento das metas de cooperação federativa. Além destes é desejável a participação de membros atuantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), responsável pela aprovação do Formulário de Autoavaliação do Progestão.
<b>Resultados esperados:</b>	Espera-se, ao final dessa oficina, o estabelecimento de ações que permitam a consecução das metas federativas e estaduais pertinentes ao Progestão e consequente aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no estado do Pará.
<b>Metodologia:</b>	<p><b>Análise das metas</b> – realizar uma análise crítica de cada uma das 5 metas de cooperação federativa bem como de cada nível das variáveis das metas estaduais previstas no Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios.</p> <p><b>Identificação de ações</b> – levantamento das atividades, ações e encaminhamentos necessários para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa, identificando os responsáveis, os prazos e as possíveis fontes de recursos necessários.</p> <p><b>Estabelecer forma de atuação</b> – definir ações e estratégia para atingir a consecução das metas.</p> <p><b>Identificação dos responsáveis</b> – identificar os pontos focais e/ou responsáveis pelas ações previstas no Quadro de Metas do Progestão.</p>
<b>Infraestrutura Necessária:</b>	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint.

### PROGRAMAÇÃO

**Dia: 05/12/2016 (Segunda-feira)**

**08h – 12h**

Avaliação e identificação de desafios para o atingimento das metas de cooperação federativas:

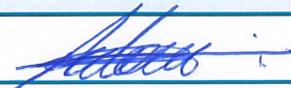
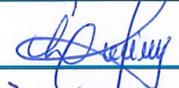
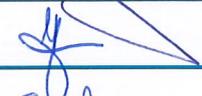
- Meta I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos
- Meta I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas
- Meta I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento (Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil)
- Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos
- Meta I.5 – Atuação para segurança de barragens

**14h – 18h**

Avaliação e identificação de desafios para o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual para o 3º Período de Avaliação (2016);

Avaliação e identificação de desafios para a utilização dos recursos financeiros do Progestão;

Esclarecimento de dúvidas.

	Nome do Participante	Instituição	Telefone	e-mail	Assinatura
1	ANTONIO SAUSA	SEMAS	(91)3184-3302	antoniosausa.numafigural.com	
2	Edson Poye	SEMAS	(91)3184-3374	edsonpoye@yahoo.com.br	
3	Monaldo Begot	SEMAS	(91)3184-3373	monaldo.begot@semas.pa.gov.br	Monaldo
4	WYLFREDO PRAGANA	SEMAS - PA	11	WYLPAGANA@YAHOO.COM.BR	Wylfredo P.
5	LUCIENE CHAVES	SEMAS/PA	(91)3184-3388	LUCIENE.MLC@GMAIL.COM	
6	José Bruno	SEMAS/PA	(91)988151610	JOSÉ (JBRUNO@UFPA.BR)	
7	Jaana D.S. Queiroz	SEMAS/PA	(91)3184-3434	jaana.ddqueiroz@gmail.com	
8	Saulo Carvalho	SEMAS/PA	(91)98499-0978	Saulo.pardo@semas.pa.gov.br	Saulo
9	Márcia Nascimento	SEMAS/PA	(91)984984484	marciablieis.nascimento@gmail.com	
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					

Oficinas de Planejamento e Acompanhamento do Progestão

ESTADO: Pará SEMAS/PA TIPOLOGIA: B ANO 1: 2014; ANO 2: 2015; ANO 3: 2016; ANO 4: 2017; ANO 5: 2018 14 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS TOTAL DE 32 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PA	Responsável no Órgão	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações previstas para garantir o cumprimento da meta nos próximos anos	Status da Meta (informar dificuldades que ameaçam o cumprimento da meta)		Ações propostas para garantir o cumprimento da meta	
								1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel e Maurício/SFI	Márcia Nascimento	COR (Coordenação de Regulação)	Compete ao usuário atualizar os dados de vazão outorgada junto ao CNARH 1.0, mediante condicionante de cada outorga.	Avaliar o quantitativo de usuários regularizados, mas sem cadastro junto ao CNARH 1.0.	O Estado não possui sistema próprio, mas adota o CNARH 1.0, desde 2010.	Solicitação de prorrogação de prazo, considerando que até o momento estão com menos de 50% do quantitativo de 2016.	Ampliar a equipe de apoio ao CNARH junto à SEMAS.	Conversar com a Raquel imediatamente.
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Márcia Nascimento	COR	Há cadastro no SIAGAS através de ACT com a CPRM. Nível de informações sobre águas subterrâneas é muito precário. Problema técnico de arredondamento de coordenadas no SIAGAS (decimais dos segundos). O sistema não permite cadastrar poços muito próximos.	Manutenção da rotina do SIAGAS.	Preenchimento de Questionário sobre Água Subterrânea para compartilhamento de informações junto ao SNIRH.	Dependem da migração para o CNARH40.	Responder questionário enviado pela ANA/Cosub.	A Márcia Pantoja virá para reunião em conjunto com a CPRM. ID SIAGAS definitivo.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre e Laura/SPR	Edson Pojo	CIP	O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualágua está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.	Encaminhar ofício no formato e prazo estabelecidos pela SPR/ANA.	A SPR/ANA encaminha anualmente ofício ao Estado solicitando as informações para o Conjuntura. Devem ser observados o formato e o prazo estabelecidos no documento.	Os dados foram encaminhados pela SEMAS	Encaminhar ofício nos moldes (formato e prazo) estabelecidos pela SPR/ANA.	Informações foram enviadas.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra e Vinicius/SOE e Fabricio/SGH	Saulo Carvalho e Antonio Sousa (Manual) / Antonio Sousa	COMUC (Coordenação de Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas)	O Manual da Sala de Operação está estruturado. O sistema de monitoramento atende muito satisfatoriamente o acompanhamento das situações de cheias e de secas. Está prevista a contratação de um hidrólogo, no próximo concurso público. Há parceria/convenção com a Defesa Civil. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs, oriundo de outros setores. Há necessidade de dois equipamentos de monitoramento de vazão, M9, para a plena realização das atividades pertinentes, conforme previsão contemplada no ACT correspondente.	Necessidade de equipe dedicada ao processamento, atualização e envio de dados da Sala de Situação, bem como para a realização das campanhas junto às PCDs.	Manual em fase de ajustes finais de compatibilização com o modelo fornecido pela ANA. Quanto às PCDs, está aguardando os IDs a serem fornecidos pela NOAA.	Manual foi enviado. Boletins estão sendo encaminhados diariamente a Defesa Civil.	Necessidade de equipe dedicada ao processamento, atualização e envio de dados da Sala de Situação, bem como para a realização das campanhas junto às PCDs.	Está sendo elaborado um espaço na página para abrigar os boletins hidrológicos e meteorológicos. Os boletins de queimadas já estão sendo disponibilizados. Está sendo desenvolvido um sistema próprio de informações hidrometeorológicas. Com relação ao gestor PCD será enviado um relatório sobre as estações que estão transmitindo o dado, mas não está sendo atualizado no Gestor PCD.
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Márcia Nascimento	COR	Essas informações se encontram na Diretoria de Licenciamento - DILAP e na Diretoria de Recursos Hídricos - DIREH.	Verificar junto à SRE/ANA a metodologia para providenciar a classificação de barragens quanto ao risco e ao dano potencial, bem como ampliar o quadro de pessoal capacitado para as atividades relativas à PNSB.	Está em fase de levantamento sobre quais barragens se enquadram no escopo da PNSB, mediante dados de outorga e licenciamento.	Problemas com a geração da mancha para determinar o DPA (Topografia plana com dificuldade de utilização dos dados SRTM). Data para o regulamento é curto. Foi enviado novo ofício com prazo até 30/04/2017.	Levantar quais barragens se enquadram no escopo da PNSB, mediante dados de outorga e licenciamento.	Solicitação à ANA para estender o prazo para a elaboração do regulamento do artigo 9 e para a classificação.

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Meta	Descrição da meta escolhida	Auto Avaliação				DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS		
						2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	
<b>META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social -</b> São 5 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)	5	1.1	<a href="#">Organização institucional do modelo de gestão</a>	3	Tem alguma área da Administração Pública atuando na gestão de recursos hídricos, a qual encontra-se razoavelmente estruturada, sem conflitos com obras, gestão ambiental ou com os setores usuários	3	3			NÃO				
		1.2	<a href="#">Organismo(s) Coordenador/Gestor</a>	3	Os Organismos Coordenador e Gestor existem e são a mesma entidade, que está plenamente estruturada (dispõe dos recursos materiais e humanos necessários) e operante (todas atribuições institucionais são executadas satisfatoriamente)	3	3			NÃO			Aumento de demanda de trabalho em função da implementação da taxa de fiscalização dos recursos hídricos	
		1.3	Gestão de Processos	2	O organismo gestor dispõe de processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos (normas, manuais, rotinas operacionais) para a execução de algumas de suas atribuições institucionais	2	2			NÃO	Existem procedimentos bem definidos para a outorga, mas que precisam de automatização.	Aperfeiçoar e formalizar os procedimentos existentes.	A formalização está sendo realizada. Processo de contratação de serviços de automatização dos processos.	
		1.4	<a href="#">Arcabouço legal</a>	3	Há um arcabouço básico (política estadual de recursos hídricos estabelecida por Lei), e a maior parte dos dispositivos legais encontram-se regulamentados e atualizados	3	3			NÃO			Existem propostas de atualização de regulamentos, mas em função da reestruturação do Conselho Estadual ainda não foram concretizadas.	
		1.5	<a href="#">Conselho Estadual de Recursos Hídricos</a>	4	Existe Conselho constituído e atuante na gestão das águas (diversas resoluções, moções e outras decisões tomadas) e funcionando em condições adequadas (reuniões periódicas, comparecimento satisfatórios dos seus membros)	4	4			NÃO	O Decreto que regulamenta o Conselho está sendo revisado, com proposta de alteração do mandato dos conselheiros para quatro anos.		O Decreto foi regulamentado e o CERH começou a se reunir em outubro/2016. Processo de regulamentação foi demorado atrapalhando as atividades do CERH. Teve renovação dos membros.	
		1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados											
		1.7	Agências de água e entidades delegatárias											
		1.8	Comunicação social e difusão	2	Existem algumas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas falta base técnica profissional e/ou planejamento para essas ações	2	2				NÃO	O site disponibiliza as informações pertinentes. Também há ações de divulgação e capacitação em todo o Estado, com a elaboração de cartilhas informativas.		Criação de um canal do Youtube (TV SEMAS). Facebook ....
		1.9	Capacitação setorial	3	Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e baseado em estudos de determinação de demandas (ex. DNT)	2	2				SIM	Existe o programa de capacitação mas ainda não está formalizado.	Formalizar o programa perante o Conselho.	Participação do Desenvolve RH. Pretende elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências e formalizar em âmbito do CERH.
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	Há alguma articulação do poder público com os setores usuários e transversais, mas restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos Comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associação de usuários, associações de açudes)	2	2				NÃO			Atuação junto à COSANPA e associações e consórcios municipais (saneamento).

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Meta	Descrição da meta escolhida	Auto Avaliação				DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS		
						2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	
<b>META II.2 - Variáveis de Planejamento</b> - São 2 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2)	5	2.1	<a href="#">Balanço hídrico</a>	2	Há um conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estaduais (águas superficiais e subterâneas) em algumas áreas, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos	1	2			NÃO	Estão sendo levantados os usuários dentro de cada bacia hidrográfica.	Definir metodologia de estimativa de disponibilidade hídrica, levantar as demandas e executar o modelo chuva-vazão.	Balanço hídrico da bacia do rio Itacaiunas em 2015 e atualizado em 2016. Ampliar para outras bacias.	
		2.2	<a href="#">Divisão hidrográfica</a>	3	Há uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida (por Lei, por Decreto ou por Resolução do Conselho Estadual)	3	3			NÃO	A Resolução 4/2008, emitida pelo Conselho, define a divisão hidrográfica.			
		2.3	Planejamento estratégico institucional	2	Há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, mas ainda há necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e condições para sua efetiva implementação (indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas com os setores usuários e/ou transversais).	1	1			SIM	Ainda não existe esse planejamento.	A nova estrutura organizacional da SEMAS demonstra a intenção da instituição em elaborar o planejamento estratégico.	Existência de ação no PPA (2016 2019)	
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3	Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Estadual, mas ainda há necessidade de atualizações, revisões e/ou não existem instrumentos ou condições para sua implementação	2	2			SIM	Foi acertada com a SRHU a elaboração do Plano Estadual, via programa Interágua. O TR já foi elaborado e ajustado em consonância pelo preconizado junto ao Banco Mundial.	Aguardar a não objeção pelo Banco Mundial para andamento do procedimento de escolha da empresa que elaborará o Plano Estadual.	Foi dada a não objeção, mas o recurso do Interágua foi retido pela SRHU. O plano será elaborado em âmbito da própria SEMAS. Viabilizar uma reunião da ANA com o secretário titular e adjunto.	
		2.5	Planos de bacia											
		2.6	Enquadramento											Projeto de estímulo à proteção de corpos d'água.
		2.7	Estudos especiais de gestão											
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	2	Existem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacionais em âmbito estadual, mas sua utilização é ainda relativamente limitada	1	2				NÃO	Existe um modelo ainda não automatizado.	Implantar o modelo chuva-vazão.	Existem modelos de suporte à decisão mas não totalmente automatizado.
<b>META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte</b> - São 2 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1 e 3.2)	20	3.1	<a href="#">Base cartográfica</a>	3	Alem dos requisitos estabelecidos no Nível 2, dispõe ainda de uma base digital em formato vetorial para a gestão de recursos hídricos, proveniente da vetorização da cartografia sistemática (escalas de 1:1.000.000 até 1:25.000) produzida pelo IBGE ou DSG	3	3			NÃO	Utiliza a base do IBGE 2013, na escala 1:250.000. Para detalhamento, utiliza a base do DSG, na escala 1:100.000.	Utilizam a base do IBGE 2015 (1:250.000) e ANA 2013 (1:1.000.000). Previsão de melhorar a escala da base cartográfica (1:25.000).		
		3.2	<a href="#">Cadastrros de usuários e infraestrutura</a>	2	Existe cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica	2	2			NÃO			Avallar se atingiram o nível 3.	
		3.3	Monitoramento hidrometeorológico	3	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes, mas a cobertura é inferior a 30% da rede planejada	3	3			NÃO	A rede do Estado é mista.		Ampliação da rede meteorológica com recursos próprios. Pretendem ampliar a rede de eventos críticos para rios estaduais.	
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	2	Existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, mas responde por menos 15% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Águas (PNQA) e os dados gerados disponibilizados ao SNIRH	1	2			NÃO	O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualiágua está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.	Implantar o Qualiágua.	Contrato Qualiágua Assinado. Já foi realizada uma campanha (4 pontos).	
		3.5	Sistema de informações	2	Existem informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em bancos de dados, mas não existe ferramenta computacional que permita acessá-las e analisá-las em seu conjunto de forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do uso da água	3	3			NÃO	O Estado possui um sistema de informação com acesso via web, desde outubro de 2014.		Pretendese contratar serviço para desenvolver ferramentas de suporte à decisão.	
		3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2	Existem algumas ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse, mas essas não fazem parte de um plano ou programa mais amplo e estruturado	2	2			NÃO	Existe um acordo de cooperação técnica entre a ANA, a SEMAS e o Instituto Tecnológico Vale voltados ao monitoramento.			
<b>META II.4 - Variáveis Operacionais</b> - Uma variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)	20	4.1	<a href="#">Outorga de direito de uso</a>	3	Há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados até 15% do universo de usuários	3	3			NÃO	Não se conhece o universo de usuários não regularizados.	Levantar, pelo cadastro de licenciamento ambiental e pelo CNARH, quais não se encontram outorgados, mediante cruzamento de informações.	Dificuldades em conhecer os licenciamentos municipais.	
		4.2	Fiscalização	5	Há fiscalização dos usuários outorgados atreladas ao processo de regularização do uso da água (cadastramento, outorga), estrutura específica e planejamento ou programação regular para desenvolvimento das ações de fiscalização	5	4			SIM	A despeito da mudança institucional ocorrida, a fiscalização continuará a ser realizada.	Articular com a Diretoria de Fiscalização para a manutenção do trabalho de rotina.	Com a reestruturação da SEMAS foi retirada a gerência de fiscalização, sendo esta realizada por outra diretoria que atende toda a SEMAS.	
		4.3	Cobrança											
		4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão											
		4.5	Infraestrutura hídrica											
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	Há infraestrutura e procedimentos instituídos para monitoramento de eventos críticos, mas ainda não há planejamento e execução de ações de controle e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos	2	3			NÃO	A sala de situação está estruturada e mantém uma rotina bem satisfatória, seguindo o manual existente. Quanto às ações de controle e mitigação, existe uma parceria com a Defesa Civil que contempla esses interesses.	Realocar a sala de situação em um ambiente ainda mais estruturado para atender tanto às funções de rotina do setor quanto ao monitoramento de incêndios florestais.	Formalização de acordo de operação com a Defesa Civil e definição oficial de protocolo de atuação.	
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	Existe Fundo Estadual de Recursos Hídrico previsto em lei, já devidamente regulamentado, mas o mesmo ainda não está operacional	1	1			SIM	Existe apenas um Fundo Estadual para o Meio Ambiente.	Sugerir a criação de um Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	Articular no âmbito do CERH a necessidade de criação do FERH.	
		4.8	Programas indutores											

LEGENDA:

[Variáveis sublinhadas](#) Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação